

Crises da República no presente imediato: as disputas pelas capacidades estatais no Brasil pós-pandemia.

Sérgio Montalvão¹

Na década de 2015 a 2025, culminando entre o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, a República Federativa do Brasil passou por um período de instabilidade econômica, desgaste institucional e crescimento dos atos de violência política. A intensidade dos acontecimentos vividos nesses anos recebeu o incremento das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas. Essas novas tecnologias multiplicaram e aceleraram exponencialmente as formas de comunicação, ao mesmo tempo em que abriram espaço para a desinformação, em avalanches de notícias falsas que contaminaram o ambiente político-eleitoral.

O livro¹ organizado pelos professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), Andrés del Rio e Andrea Oliveira Ribeiro, ambos pesquisadores associados ao Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), enfrentou o desafio de produzir uma síntese das disputas pelas capacidades estatais, em meio à guerra midiática contemporânea, em capítulos que tratam de instituições e agentes políticos como o orçamento público, o pacto federativo, as mulheres, as Forças Armadas e a alta magistratura do Supremo Tribunal Federal (STF). Os organizadores e demais autores do livro, todos com formação em Ciência Política, priorizaram um recorte cronológico que aponta para o período histórico posterior ao que consideram o fim da Nova República (1988-2016). Entraram assim no que os historiadores denominam “História Imediata”, ou seja, aquela que se caracteriza por ignorar o epílogo do que é estudado^{II}.

Estudar a história imediata requer a compreensão de que o tempo em que vivemos coincide com o período histórico de maior abundância em relação às fontes, particularmente aquelas produzidas pelos meios de comunicação de massas. Sendo assim, exige-se dos pesquisadores um acurado senso crítico para desbravar as narrativas circundantes. Em um texto hoje clássico, assinado por Pierre Nora no início dos anos de 1970, o historiador francês definiu a história contemporânea pela hipótese do retorno ao fato^{III}. O acontecimento,

¹ Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Professor Associado do Departamento de Administração Pública e do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0910-0633>

CRISES DA REPÚBLICA NO PRESENTE IMEDIATO: AS DISPUTAS PELAS CAPACIDADES ESTATAIS NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

MONTALVÃO, S.

compreendido por Nora como o “maravilhoso das sociedades democráticas”^{IV}, fabrica a sua especificidade.

Podemos aproveitar esse *insight*, cuja pertinência cresce ainda mais nos dias de hoje, para dizer que a política do desmonte das capacidades estatais, encarnada por Jair Bolsonaro, é resultado da política dos acontecimentos. Político do “baixo clero”, eleito reiteradas vezes deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, em legendas minoritárias dos partidos de centro-direita que, desde a Assembleia Nacional Constituinte, se organizam no que ficou conhecido como “centrão”, Bolsonaro tornou-se um acontecimento, respaldado pela mídia desde as suas aparições cada vez mais populares em programas de auditório da televisão aberta. As suas declarações de teor antidemocrático atingiram rapidamente o ecossistema comunicativo que se estabelecia por fora dos padrões anteriores, anunciando, para um eleitorado consistente, respostas imediatistas e anticonvencionais sobre os mais variados assuntos de ordem pública. Mesmo com uma trajetória pouco meritória, ao enfrentar Fernando Haddad (candidato do Partido dos Trabalhadores – PT) no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro atraiu a sensibilidade da mídia tradicional, como ficou estampado no conhecido editorial de *O Estado de S. Paulo* – “Uma escolha muito difícil”.

A relevância do livro aqui resenhado está, sobretudo, em sua capacidade de servir como um guia para compreendermos as disputas pela conquista do Estado nesse presente imediato, libertando-nos do aprisionamento à política dos acontecimentos, ou seja, da política que quer capturar a atenção do público para o que Nora chamou de o “maravilhoso das sociedades democráticas”, forjado por um “estado de superinformação perpétua e subinformação crônica”^V. Recorrendo às fontes disponíveis na imprensa, na vasta bibliografia rapidamente acumulada, nas pesquisas de opinião pública, nos portais de transparência do governo federal, nos relatórios oficiais e de organizações da sociedade civil, nacional e internacional, como exige o estudo do tempo presente, *Desmonte e reconstrução das capacidades estatais* sugere que o entendimento deste objeto de pesquisa requer uma dialética dos tempos históricos.

Vislumbramos essa dialética ainda no sumário, quando nos deparamos com temas e problemas que só adquirem sentido em um tempo mais largo, de décadas (política econômica neoliberal e o “Estado endividado”), séculos (relação entre os militares/Poder Judiciário e a sociedade brasileira) ou milênios (a construção/reconstrução do lugar das mulheres na sociedade). Tudo isso, entretanto, foi “passado a limpo” por uma onda conservadora que varreu o Brasil (e o mundo) nessa última década. Terra em transe, no *looping* dos acontecimentos. Como resposta intelectual, a contribuição desse conjunto de textos é significativa. Permite nossa sobrevivência às últimas catástrofes, no caso brasileiro, da pandemia associada a um governo negacionista de extrema-direita, entregando aos leitores uma pesquisa detalhista e de forte compromisso com a ética democrática.

O primeiro capítulo, assinado por Andrea Oliveira Ribeiro e Roberta Rodrigues Marques da Silva, pretendeu “analisar a resposta do governo brasileiro à crise sanitária provocada pela

CRISES DA REPÚBLICA NO PRESENTE IMEDIATO: AS DISPUTAS PELAS CAPACIDADES ESTATAIS NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

MONTALVÃO, S.

pandemia de Covid-19, dando ênfase à política fiscal^{VI}. As autoras situaram a dificuldade estrutural do Estado brasileiro em manter a convivência democrática e contornar as crises do mundo contemporâneo na sua conformidade às políticas de austeridade, cuja consequência é um ataque permanente aos pressupostos da Constituição de 1988. No entanto, como as duas cientistas políticas salientam, em plena crise sanitária, a gestão bolsonarista esgarçou ainda mais o texto constitucional ao romper com o federalismo cooperativo, apostando no conflito, causando descoordenação política e desmonte institucional.

Como detalhado no texto, foram muitas as respostas dos entes subnacionais e dos demais poderes da República para evitar o aumento de perdas humanas e materiais. Contudo, apesar dos esforços perante a tragédia imediata, inclusive com a abertura de algumas exceções orçamentárias, Ribeiro e Silva constataam a resiliência do neoliberalismo. Em pleno andamento na agenda do ministro Paulo Guedes, a política neoliberal se manteve posteriormente, inibindo a reconstrução das capacidades estatais, mesmo após a substituição da Emenda do Teto de Gastos pelo Arcabouço Fiscal do ministro Haddad.

O capítulo dois, assinado por Andrea Oliveira Ribeiro e Marielle Troiano, abordou o governo Bolsonaro da perspectiva do impacto causado sobre as políticas de igualdade de gênero. A partir de uma reflexão sobre o caráter patriarcal da pandemia, em que “o impacto de “estar em casa” expunha as mulheres à violência doméstica e recolocava o tema da divisão sexual do trabalho^{VII}”, as pesquisadoras evidenciaram a simultaneidade entre o período de emergência global e um contra movimento antifeminista, estimulado por ideologias neoconservadoras. Conforme expuseram Ribeiro e Troiano, no Brasil, o neoconservadorismo de gênero foi estimulado por representantes do fundamentalismo evangélico, levado para o primeiro escalão do governo federal pela nomeação de Damares Alves como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

No quadriênio da gestão bolsonarista, além de declarações performáticas do tipo “menino veste azul e menina veste rosa” ou “ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes”, as políticas públicas materializaram retrocessos na pauta dos direitos das mulheres. No entanto, o texto das professoras da UFF optou por traçar um panorama em que o desafio da igualdade é visto não só nos processos decisórios da administração pública, mas também nas contradições existentes entre demografia e representatividade feminina. Nesse sentido, as autoras afirmam que “é preciso interpretar a sub-representação como produto histórico da discriminação de gênero e da violência política que reverberam também nos espaços decisórios^{VIII}”. Elas evidenciam a complexidade da questão ao mostrarem a existência de um movimento pendular. Apesar da média mundial de mulheres em cargos parlamentares ter subido entre 1995 e 2025, de 11% para 27%, inclusive pela introdução das cotas de representatividade, continua valendo a palavra de Judith Butler, quando a filósofa estadunidense afirma que “a exclusão das mulheres da esfera pública é uma construção reforçada pelas instituições políticas^{IX}”.

CRISES DA REPÚBLICA NO PRESENTE IMEDIATO: AS DISPUTAS PELAS CAPACIDADES ESTATAIS NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

MONTALVÃO, S.

O modo escolhido por Ribeiro e Troiano para validar a afirmativa de Butler foi orçamento governamental, instituição detalhadamente analisada na parte final do capítulo. Nesse ponto sensível, as autoras observaram o jogo de forças projetado entre o desmonte e a reconstrução das capacidades estatais, concluindo que a “regressão institucional na agenda de políticas públicas voltadas para mulheres foi um traço marcante do conservadorismo político do governo de Jair Bolsonaro”^x.

O capítulo seguinte, escrito por Andrés Del Rio e Carlos Arthur Gallo, narra a trajetória recente, dos anos 1980 ao tempo presente, de um ator político fundamental para a estabilidade democrática; as Forças Armadas, que, no caso brasileiro, atuaram sob o encanto do bolsonarismo. A escolha do título, “A volta dos que não foram”, enfatiza a dificuldade do controle civil-constitucional sobre os militares, resultado de uma longa construção histórica iniciada desde a fundação da República, mas que, com a sua crise neste século, adquire nova preeminência.

Os autores foram aos detalhes para mostrar como a corrosão das relações entre os poderes civil e militar impactou o último governo da presidenta Dilma Rousseff, quando os ruídos provocados pelas revelações feitas pela Comissão Nacional da Verdade iniciaram um afastamento entre as partes. No entanto, conforme exposto no texto, o epicentro do terremoto político que estaria por vir seria a divulgação das notícias relativas à operação Lava Jato. Isso proporcionou uma sensação generalizada de corrupção institucional e permitiu a ascensão de narrativas antipolíticas. Em sequência, com o golpe parlamentar de 2016 e o início do governo de Michel Temer, “a racionalidade militar começava a se espalhar na administração pública, erosionando o ethos democrático”^{xi}.

Apesar de a gestão Temer ter permitido a espetacularização da atividade militar, como ocorreu durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, chefiada pelo general Braga Netto, o texto mostra que a eleição de Jair Bolsonaro gerou um novo imaginário: o do afastamento definitivo dos petistas da administração pública, substituídos por nomeações técnicas. No lugar da tecnicidade, o quadriênio bolsonarista trouxe um incremento da participação militar. Nas páginas seguintes, Del Rio e Gallo dissertam sobre o modo como a acentuada presença de militares em cargos de natureza civil modificou o perfil da administração pública. A gestão da pandemia evidenciou o respaldo militar das ações anticientíficas do governo, cujo ápice ocorreu durante a administração do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde. Todavia, concluem os autores, o *ethos* militar não ficaria restrito somente a esse ministério.

Nas partes finais do capítulo, Del Rio e Gallo dedicam-se a estudar como a lógica militar presidiu as ações do governo Bolsonaro. Orientada pelo lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, a gestão bolsonarista entrou numa batalha contra os seus potenciais adversários ou inimigos dos progressos da nação: povos originários, quilombolas, instituições democráticas e seus representantes. Segundo os autores, além da resistência ideológica em relação à compra de vacinas com insumos chineses, os diversos crimes cometidos durante a pandemia, trazidos à tona pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Senado

CRISES DA REPÚBLICA NO PRESENTE IMEDIATO: AS DISPUTAS PELAS CAPACIDADES ESTATAIS NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

MONTALVÃO, S.

Federal em 13 de abril de 2021, revelaram por inteiro a disposição dos militares para a necropolítica. Por último, o texto conclui que a reconstrução da normalidade nas relações entre civis e militares, em um cenário ainda instável, sobretudo após os atos golpistas que culminaram na violência política do dia 8 de janeiro de 2023, permanece em aberto, mas dependerá das decisões do Poder Judiciário e do estabelecimento de novas coligações democráticas.

O último capítulo do livro, assinado por Andrés Del Rio, teve como objeto o STF. O cientista político optou por recapitular a história da instituição a partir de três momentos decisivos da sua trajetória recente: os julgamentos do mensalão, das condenações do ex-presidente Lula na Operação Lava Jato e da trama golpista de Jair Bolsonaro. Esses momentos foram responsáveis por tirar o Supremo do anonimato e torná-lo uma das mais disputadas trincheiras político-midiáticas.

Como frisa Del Rio, desde a Constituição de 1988, o STF detém “um enorme poder de veto e supervisão sobre o sistema político brasileiro”^{xii}, mas, somente nos anos 2000, o Tribunal se torna protagonista em decisões que confirmaram mudanças na sociedade civil. Entre elas estiveram a demarcação da terra indígena Raposa do Sol, o direito ao aborto em casos de fetos anencéfalos e os direitos das uniões homoafetivas. De forma relativamente consensual, o Supremo adquire o perfil de instituição progressista, representando uma “caixa de ressonância da defesa dos direitos fundamentais e dos grupos vulneráveis”^{xiii}.

O golpe de 2016, no entanto, viabilizou a extrema direita no poder. Após uma longa hegemonia petista, a presidência de Jair Bolsonaro abre espaço para o neoconservadorismo na pauta dos costumes, associado à agenda econômica neoliberal. Defensor histórico do regime militar de 1964 e crítico declarado dos direitos humanos, Bolsonaro elegeu a contenção do STF como um de seus objetivos centrais. Durante o seu mandato, indicou Kássio Nunes Marques e André Mendonça para as vagas abertas pela aposentadoria dos ministros Celso de Mello e Marco Aurélio Mello. Na escalada autoritária da administração bolsonarista, o então presidente da República questionou o sistema eletrônico de contagem de votos e declarou publicamente que não iria mais cumprir as ordens do ministro Alexandre de Moraes. Nesse contexto, conforme explicita Del Rio, o STF serviu de barreira ao autoritarismo vicejante, em um delicado jogo de xadrez institucional, no qual Bolsonaro detinha as peças da desinformação e do poder incumbente do Estado.

Perante a gestão disfuncional da pandemia, entretanto, Del Rio mostrou que o Supremo se manifestou de maneira contraditória em diversas ocasiões. Mesmo diante do risco iminente de colapso do sistema prisional, a Corte resistiu em aprovar pedidos de soltura e a promover mudanças na situação da população carcerária. Por outro lado, teve um papel significativamente mais ativo e protetivo na defesa dos direitos indígenas^{xiv}. No que se refere à responsabilização dos agentes públicos, o STF desempenhou um papel crucial ao determinar que o Senado instaurasse uma CPI para apurar possíveis omissões do governo

CRISES DA REPÚBLICA NO PRESENTE IMEDIATO: AS DISPUTAS PELAS CAPACIDADES ESTATAIS NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

MONTALVÃO, S.

federal. No balanço final, conclui Del Rio, o Tribunal se revelou “fundamental para afastar obscurantismos e o negacionismo” na gestão pública de Saúde^{xv}.

Característicos de uma obra coletiva, os quatro capítulos de *Desmonte e reconstrução das capacidades estatais* possuem extrema homogeneidade qualitativa e dialogam intensamente entre si. Portanto, cabem duas considerações finais para o livro como um todo.

Primeira consideração. Sobre o fim da Nova República (1988–2016), tema de fundo das pesquisas organizadas por Del Rio e Ribeiro. Esse talvez tenha sido o fim de uma república que não foi. Em parte, porque o país do futuro se viu cara a cara consigo mesmo, tornando-se o país do presente. Essa mudança é resultante da própria expansão do capitalismo na periferia^{xvi}, mas também das políticas de desenvolvimento, reparação e inclusão social praticadas por Lula e Dilma. Estas, até certo momento, foram bem recebidas pela maioria da população, gerando altos índices de aprovação, mas entraram em crise após os resultados iniciais da Operação Lava Jato. Em contraste, o desmonte bolsonarista, decorrente do golpe de 2016, legitimou-se por uma nostalgia autoritária centrada na apreensão vaga da ditadura civil-militar de 1964 como um tempo virtuoso, disponibilizando-se como resposta a um presente que deveria ser destruído. Os seguidores do “mito” não perceberam que o preço da destruição poderia ser alto demais, “simplesmente não termos mais terreno algum sobre o qual construir”^{xvii}.

Segunda consideração. Sobre a consciência do trauma, tema que se revela enquanto horizonte futuro, dependendo do ritmo da reconstrução. Para abordá-lo, recorro a um texto de Karl Mannheim, originalmente publicado em 1933, em que o sociólogo húngaro diz que a tendência dominante de “um desenvolvimento crescente dos padrões democráticos de pensamento e conduta pode parecer paradoxal em vista da frequência em que as ditaduras vêm atualmente suplantando as democracias”^{xviii}. Esse trânsito ditatorial, na época do nazifascismo histórico, não seria uma prova de que a realidade estava se tornando menos democrática, mas um sinal de que a democracia havia introduzido mais fluidez na vida política. Para Mannheim, essa fluidez faria com que os que acreditam no ideal democrático pudessem ser repelidos e desapontados por ele. A democratização da sociedade se constitui, portanto, pelo tensionamento entre a “democracia da razão” e a “democracia do impulso”, pois “a democracia não é necessariamente um veículo de tendências racionalizadoras na sociedade – pelo contrário, ela bem pode funcionar como órgão da expressão desinibida de impulsos emocionais momentâneos”^{xix}. Na década que se fecha em 2025, milhões de brasileiros experimentaram a democracia como massas físicas e digitais, consumindo a profusão de eventos e notícias falsas que acompanham o potencial destrutivo de Jair Bolsonaro. A reconstrução das capacidades estatais, mesmo que lenta e sinuosa, será um reencontro com a “democracia da razão”. E o que nos restará do bolsonarismo será o trauma, para o qual esperamos que as gerações futuras tenham “ódio e nojo”.

Notas de fim

CRISES DA REPÚBLICA NO PRESENTE IMEDIATO: AS DISPUTAS PELAS CAPACIDADES ESTATAIS NO
BRASIL PÓS-PANDEMIA

MONTALVÃO, S.

^I DEL RIO, A.; RIBEIRO, A. **Desmonte e reconstrução das capacidades estatais**: dilemas da trajetória brasileira pós-pandemia. Curitiba, CRV, 2025.

^{II} LACOUTURE, J. A história imediata. In. LE GOFF, J. (Org.). **A nova história**. São Paulo, Martins Fontes, 1998, pp. 222.

^{III} NORA, P. O retorno ao fato. In. LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs). **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, pp. 179-193.

^{IV} **Ibid.**, p.185.

^V **Ibid.**, p.187.

^{VI} DEL RIO; RIBEIRO. **op. cit.**, 2025, p.27.

^{VII} **Ibid.**, p.61.

^{VIII} DEL RIO; RIBEIRO. **op. cit.**, 2025, p. 65-66.

^{IX} **Ibid.**, p. 69.

^X **Ibid.**, p. 86.

^{XI} **Ibid.**, p. 116.

^{XII} DEL RIO; RIBEIRO. **op. cit.**, 2025, p. 159.

^{XIII} **Ibid.**, p. 161.

^{XIV} DEL RIO; RIBEIRO. **op. cit.**, 2025, p. 191.

^{XV} **Ibid.**, p.194.

^{XVI} OLIVEIRA, F. O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. In. OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo, Boitempo, 2018, pp. 73.

^{XVII} RICUPERO, B. **A destruição do Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-destruicao-do-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

^{XVIII} MANNHEIM, K. A democratização da cultura. In. MANNHEIM, K. **Sociologia da cultura**. São Paulo, Perspectiva, 1974. pp.141.

^{XIX XIX} **Ibid.**, p. 143.